

A violência no eixo Brasília-Goiânia

Arthur Trindade M. Costa

Arthur Trindade M. Costa é pesquisador 2 do CNPq e professor de Sociologia da Universidade de Brasília. Atualmente coordena o Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (Nevis/UnB).

✉ Universidade de Brasília - Brasília - DF - Brasil

✉ arthurmcosta@gmail.com

Dalva Borges de Souza

Dalva Borges de Souza é professora de Sociologia da Universidade Federal de Goiás e coordena o Núcleo de Estudos sobre Violência e Criminalidade (Nevicri/UFG).

✉ Universidade Federal de Goiás - Goiânia - GO - Brasil

✉ dalvasouza@gmail.com

Resumo

Além do desenvolvimento econômico e do crescimento populacional, algumas cidades do eixo Brasília-Goiânia se destacam pelos elevados índices de violência. Três regiões merecem destaque: o Distrito Federal, a Área Metropolitana de Brasília e a Região Metropolitana de Goiás. Neste artigo, analisa-se brevemente a evolução dos homicídios nessas regiões.

Palavras-Chave

Distrito Federal; Goiás; Homicídios; Desenvolvimento econômico; Urbanização.

Atualmente, o eixo Brasília-Goiânia é um dos principais polos de desenvolvimento econômico do Brasil. O Produto Interno Bruto das cidades que se distribuem entre a capital do país e a capital de Goiás está estimado em R\$ 260 bilhões, o que equivale a 6% do PIB brasileiro e quase 70% do PIB de toda a Região Centro-Oeste. Além de um forte setor de serviços impulsionado pela burocracia federal instalada em Brasília e do dinamismo econômico de Goiânia vinculado ao agronegócio, verifica-se a crescente instalação de indústrias nas demais cidades da região, com especial destaque para a cidade de Anápolis-GO.

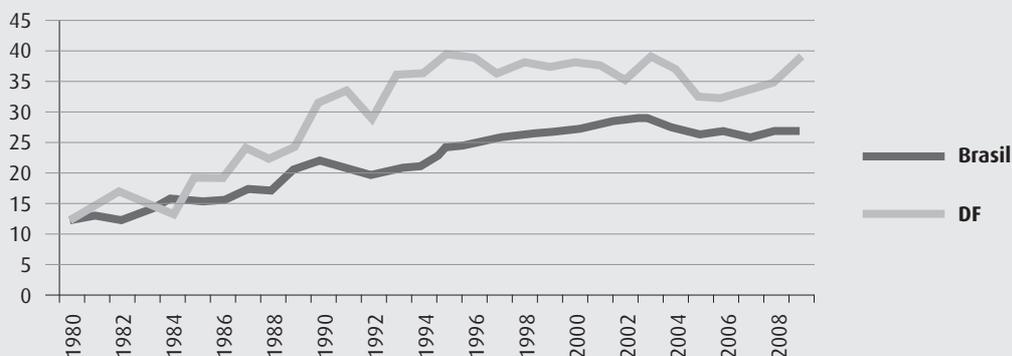
Este desenvolvimento econômico intensificou ainda mais os fluxos de imigrantes para a região. Se inicialmente era a construção de Brasília que atraía trabalhadores, hoje é a riqueza da região que atrai famílias em busca de oportunidades de trabalho. Em 2010, o trecho de 200 km da rodovia BR 060 que liga Brasília a Goiânia abrigava cerca de 9 milhões de pessoas. Trata-se da terceira maior aglomeração populacional do Brasil, atrás apenas das Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Algumas projeções demográficas sugerem que esta população irá dobrar em 20 anos, chegando a cerca de 20 milhões em 2030.

Entretanto, não é apenas o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional que caracterizam o eixo Brasília-Goiânia, os elevados índices de criminalidade e violência de algumas cidades também chamam atenção. Com relação a isso, três regiões merecem destaque: o Distrito Federal, a Área Metropolitana de Brasília e a Região Metropolitana de Goiás. Neste artigo, analisa-se brevemente a evolução dos homicídios nessas regiões.

Brasília e Distrito Federal

Seguindo a tendência nacional, o Distrito Federal também apresentou taxas crescentes de homicídios nas últimas décadas. Segundo dados do Ministério da Saúde, entre 1980 e 2009, a taxa de homicídios no Distrito Federal passou de 12,3 para 38,5 óbitos por 100 mil habitantes, o que equivale a um aumento de 213%, bem superior ao crescimento verificado para a taxa nacional. Observa-se que as taxas de mortalidade por homicídio no Distrito Federal eram muito próximas daquelas registradas para o país entre 1980 e 1986. A partir deste ano, as taxas no Distrito Federal cresceram mais aceleradamente do que as nacionais até 1994, quando alcançaram o patamar de 34 homicídios por 100 mil habitantes, apresentando pouca variação desde então.

Gráfico 1 - Taxas de homicídio – Por 100 mil habitantes
Brasil e Distrito Federal – 1980-2009

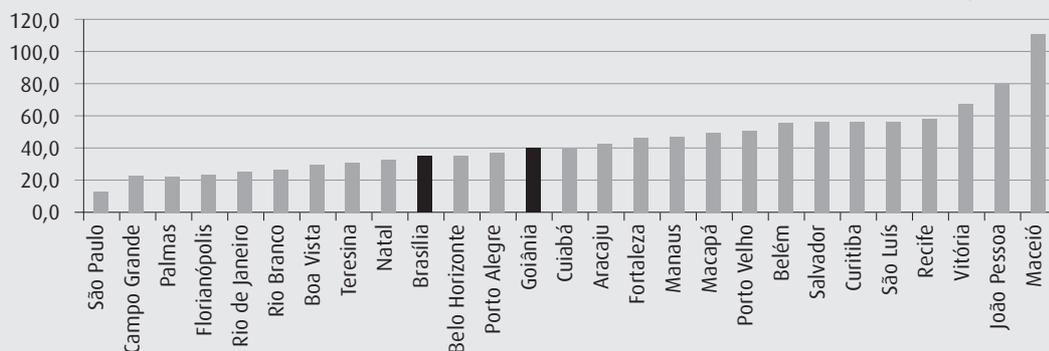


Fonte: Ministério da Saúde/Datasus.

Comparando com outras capitais brasileiras, verifica-se que estas estatísticas não correspondem à imagem de “ilha da fantasia”. As taxas encontradas em Brasília não são muito diferentes das estatísticas de outras capitais, conforme mostra o Gráfico 2. Maceió, João Pessoa, Vitória, Recife, São Luís, Curitiba, Sal-

vador e Belém registraram, em 2010, as mais altas taxas de homicídios do país, superiores a 50 óbitos por 100 mil habitantes. Por outro lado, cidades como São Paulo, Campo Grande, Palmas, Florianópolis, Rio de Janeiro, Boa Vista, Teresina e Natal apresentaram taxas inferiores às do Distrito Federal.

Gráfico 2 - Taxas de homicídios – Por 100 mil habitantes
Capitais brasileiras – 2010



Fonte: Waiselfisz (2012).

Da mesma forma que nas outras cidades do país, esses níveis são muito diferenciados no interior do Distrito Federal. Esta violência está associada às desigualdades socioespaciais que caracterizam o Distrito Federal, assim como outras metrópoles brasileiras (NUNES; COSTA, 2007). No centro preservado, os índices de mortalidade por violência são baixos, enquanto a periferia pobre apresenta índices

muito mais elevados. Compreender a formação de Brasília e de seu aglomerado urbano, bem como o papel da política de preservação do centro e transferência da população de baixa renda para a periferia, implicando um duplo processo de seletividade espacial e segregação social, é fundamental para entender a espacialidade da violência urbana no Distrito Federal (VASCONCELOS; COSTA, 2005).

Tabela 1 - População, homicídios e taxas
Regiões administrativas do Distrito Federal - 2010

Regiões Administrativas	População	Homicídios	Taxas (por 100 mil hab.)
Região 1			
Brasília	209.855	8	3,8
Cruzeiro	81.075	2	2,5
Lago Sul	29.537	3	10,2
Lago Norte	41.627	9	21,6
Sub-Total	362.094	22	6,1
Região 2			
Núcleo Bandeirante	43.765	10	22,8
Guará	142.833	37	25,9
Taguatinga	361.063	55	15,2
Sobradinho	210.119	29	13,8
Gama	135.723	38	28,0
Candangolândia	15.924	0	0,0
São Sebastião	100.659	29	28,8
Sub-total	1.010.086	198	19,6
Região 3			
Brazlândia	57.542	29	50,4
Planaltina	171.303	61	35,6
Paranoá	53.618	59	110,0
Ceilândia	402.729	110	27,3
Samambaia	200.874	55	27,4
Santa Maria	118.782	47	39,6
Recanto das Emas	121.278	41	33,8
Riacho Fundo	71.854	9	12,5
Sub-Total	1.197.980	411	34,3
Total	2.570.160	631	24,6

Fonte: Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan, 2011.

Analisando a distribuição espacial destes homicídios, percebe-se que as regiões com menor renda familiar são as mais atingidas pela violência (ver Tabela 1). A Região 3, com renda familiar inferior a cinco salários mínimos e concentrando 46,6% da população, responde por 65,1% do total de homicídios do Distrito Federal. Já a Região 1, onde a renda familiar média é superior a 21 salários mínimos, responde por 14,1% da população e por 3,5% do total de homicídios.

Em geral, observa-se que, quanto menor a renda média da localidade, maior é a taxa de homicídios. Recanto das Emas, Santa Maria e Planaltina são localidades com rendas médias inferiores a cinco salários mínimos e apresentavam taxas de homicídios superiores a 30 óbitos por 100 mil habitantes. Paranoá e Brazlândia são as regiões administrativas do Distrito Federal que apresentaram as mais elevadas taxas de homicídios em 2010: 110,0 e 50,4 óbitos por 100 mil habitantes, respectivamente.

Por outro lado, em localidades cuja renda média do responsável é mais elevada, as taxas de homicídio são menores. Observa-se, no entanto, que o Lago Norte, apesar de apresentar renda média alta, tem taxa de homicídios muito superior à média do grupo, que se explica pela inclusão do Varjão, localidade pobre e violenta, nessa região administrativa. O mesmo pode-se afirmar para a região administrativa do Guará, cuja taxa de homicídios era influenciada pelos eventos ocorridos na Vila Estrutural, localidade pobre e reconhecidamente violenta. De maneira geral, os bairros com atendimento deficiente de serviços públicos, com precária infraestrutura urbana e baixa oferta de empregos, serviços

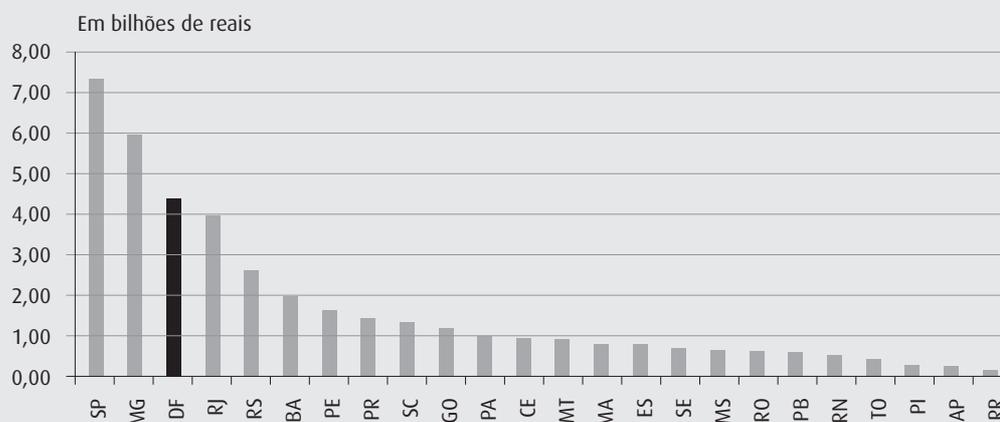
e lazer são flagrantemente os mais afetados pela violência.

No campo da segurança pública, o Distrito Federal destaca-se por alguns aspectos singulares do seu sistema de justiça criminal. Do ponto de vista político, o DF reúne algumas condições que facilitam a integração e a coordenação das ações de segurança pública. Ao contrário de outros Estados, não há conflitos de interesses entre governador e prefeitos. De acordo com a Constituição Federal (1988), o DF não pode ser subdividido em municípios. Assim, o governador é legalmente competente para implantar tanto ações típicas das prefeituras quanto aquelas relativas aos governos estaduais.

A estrutura das instituições que compõem o sistema de justiça criminal e segurança pública do Distrito Federal não é muito diferente das outras unidades da federação. Apesar de contar com uma Secretaria de Segurança Pública desde 1979, o sistema possui ainda baixa capacidade de coordenação e integração de ações.

Do ponto de vista orçamentário, a Constituição Federal estabelece que as despesas com segurança pública sejam de competência da União. Isso tem permitido que o orçamento de segurança do Distrito Federal seja acrescido com os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Segundo dados da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, em 2010 o Distrito Federal apresentou o terceiro maior gasto com segurança pública entre os Estados da federação, da ordem de R\$ 4,3 bilhões. Entretanto, deste total, pouco mais de R\$ 150 milhões (3,4%) destinaram-se a investimentos na área.

Gráfico 3 - Gastos em Segurança Pública
Capitais brasileiras - 2010



Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional.

Desta forma, os investimentos em pessoal, treinamento e material têm sido consideráveis. Segundos dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), o Distrito Federal contava, em 2007, com um efetivo de 26.629 policiais para realizar a segurança de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes. O DF é a unidade da federação que apresenta a maior proporção de policiais em relação à sua população. Em 2007, havia um policial militar para cada 91 habitantes, taxa muito superior à média nacional (315). Se comparada a outros países, como Canadá e França, esta relação também é bastante elevada. Pode-se dizer que, em termos de efetivos, o Distrito Federal é a unidade mais policiada da federação.

Além disso, a remuneração daqueles que ingressam nas carreiras profissionais ligadas à segurança pública está entre as mais altas do Brasil. Como reflexo disso, notam-se mudanças no perfil dos novos policiais. Desde 2009, é exigido o curso superior completo para os

candidatos aos cursos de formação de soldados policiais militares e agentes da polícia civil.

Entretanto, a privilegiada situação política, orçamentária e institucional do Distrito Federal não se reflete em melhorias substantivas para a população. Como mencionado, os moradores do Distrito Federal convivem com altas taxas de violência, em especial de homicídios. Além disso, a relação entre as instituições de segurança pública e a sociedade está demarcada por episódios de arbitrariedade e violência.

A Área Metropolitana de Brasília

A Região Integrada de Desenvolvimento Econômico – Ride engloba o Distrito Federal e mais 22 municípios limítrofes, sendo 19 localizados no Estado de Goiás e três em Minas Gerais.¹ Entretanto, a região apresenta características socioeconômicas muito distintas. Os contrastes não se concentram nas diferenças entre o Distrito Federal e os demais municípios. Eles ocorrem também entre os 21 municípios da Ride.

Estudo realizado pela Secretaria de Planejamento do Distrito Federal, em 2003, apontou profundas diferenças entre os municípios da Ride no que diz respeito à dependência socioeconômica em relação ao Distrito Federal. Notadamente, a maior dependência refere-se à utilização dos serviços públicos de saúde. A pesquisa apontou que 68% dos moradores do Entorno já haviam procurado atendimento hospitalar no Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2003).

A dependência também pode ser percebida no que diz respeito ao mercado de trabalho. Em 2003, cerca de 36% dos moradores do Entorno que possuíam alguma atividade remunerada trabalhavam no Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2003). No entanto, há grandes diferenças na região. Nos municípios de Águas Lindas, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental e Santo Antônio do Descoberto, cerca de 53,7% dos empregos eram exercidos no Distrito Federal. Nos demais municípios, a dependência do mercado de trabalho cai para menos de 20%, sendo que em Cristalina (GO) e Unai (MG) este percentual é inferior a 2%.

Em função destas diferenças, a análise, aqui, será concentrada nos oito municípios goianos mais dependentes do Distrito Federal: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso, que compõem a Área Metropolitana de Brasília (AMB).

Em 2010, a população dos municípios goianos somava 862.806 habitantes, cerca de 26% da Área Metropolitana de Brasília. Entretanto,

o PIB desses municípios indica uma baixa atividade econômica, com exceção do município de Luziânia, oitavo PIB do Estado de Goiás (FERREIRA; VASCONCELOS; PENNA, 2008).

A população desses municípios não é composta apenas por pessoas de outros Estados que migraram em busca das oportunidades oferecidas pelo Distrito Federal. Em 2003, pouco mais de 30% dos moradores desses municípios residiam anteriormente no Distrito Federal e mudaram em busca de moradia mais barata. A proporção de migrantes com menos de dez anos de residência no município era superior a 40%, chegando a 84% em Águas Lindas de Goiás em 2000 (VASCONCELOS et al., 2006).

Assim, com a finalidade de servir de moradia para a população carente, esses municípios foram dotados com precária infraestrutura. Com a função exclusivamente residencial de população de baixa renda e de atividades ligadas à sua reprodução, não se desenvolveu nesses locais o leque de atividades econômicas diversificadas que pudessem promover a elevação da renda e a geração de empregos qualificados (VASCONCELOS et al., 2006).

Ou seja, boa parte dos habitantes dessa região ainda não possui laços comunitários, situação que é agravada pela quase ausência de trabalho no local, obrigando-os a longos deslocamentos diários. São, em boa medida, moradores que ainda não se conhecem e, dadas as condições econômicas, têm dificuldades de se organizarem socialmente.

No que diz respeito à escolaridade, segundo o Censo 2000, menos de 58% da população

desses municípios não havia concluído o ensino fundamental, proporção que chega a quase 90% em Águas Lindas de Goiás, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto.

Quanto aos índices de violência e criminalidade, três municípios da Área Metropolitana de Brasília estão entre os 200 mais violentos do país: Valparaíso, Luziânia e Águas Lindas de Goiás. É importante notar

que estes municípios concentram 54% da população da AMB e respondem por 62,8% das mortes violentas.

A AMB também chama atenção pelo crescimento acentuado do número de homicídios. Entre 2000 e 2010, os municípios dessa área apresentaram aumento de 59,3% nas taxas de homicídios, com destaque para Valparaíso (168%) e Águas Lindas de Goiás (137%).

Tabela 2 - População, homicídios e taxas
Municípios da Área Metropolitana de Brasília – 2010

Municípios	População	Homicídios	Taxas (por 100 mil hab.)
Águas Lindas de Goiás	159.378	100	62,7
Cidade Ocidental	55.915	25	44,7
Formosa	100.085	44	44,0
Luziânia	174.531	113	64,7
Novo Gama	95.018	47	49,5
Planaltina de Goiás	81.649	37	45,3
Santo Antônio do Descoberto	63.248	29	45,9
Valparaíso	132.982	94	70,7
Total	862.806	489	56,7

Fonte: Waiselfisz (2012).

Diferente do Distrito Federal, os efetivos e equipamentos de segurança pública nos municípios da Área Metropolitana de Brasília são insuficientes, precários e não atendem às demandas da população. A maioria dos municípios possui apenas uma Delegacia de Polícia Civil ou Ciops – Centro Integrado de Operações em Segurança. Nem todas as cidades possuem uma unidade operacional do Corpo de Bombeiros ou da Polícia Militar. Luziânia é o único município que tem um Núcleo Regio-

nal da Polícia Técnico-Científica, que também é responsável pelo atendimento de Águas Lindas, Cidade Ocidental, Novo Gama, Mimoso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso (UNODC, 2011).

Visando atenuar a insuficiência de efetivos e equipamentos, o governo federal decidiu instalar, no município de Luziânia, a sede da Força Nacional de Segurança Pública. Desde abril de 2011, a Força Nacional tem realizado ações

visando a redução de homicídios e dos crimes relacionados ao tráfico de drogas e porte ilegal de armas de fogo. Entretanto, a atuação da FNSP no policiamento dos municípios do entorno tem caráter provisório.

Região Metropolitana de Goiânia

Desde a sua institucionalização, em 1999, a Região Metropolitana de Goiânia foi modificada em 2004, depois novamente em 2005 e, finalmente, em 2010 assumiu a composição atual de 20 municípios. Como as alterações foram ditadas por interesses políticos conjunturais, elas conferiram à Região Metropolitana de Goiânia um certo artificialismo.

Neste trabalho, com o objetivo de acompanhar a evolução dos indicadores, serão considerados os 12 municípios da definição de 2005², pois somente o Censo Demográfico de 2010 contempla os 20 municípios. Dos 12 aqui analisados, nove possuíam, em 2010, menos de 50.000 habitantes. Destacam-se em população, porém com grandes diferenças, Goiânia, a capital, com 1.302.001 habitantes, Aparecida de Goiânia, com 455.657, Trindade, com 104.488, e Senador Canedo, com 84.443. Ao todo, 2.088.650 pessoas residiam na Região Metropolitana de Goiânia em 2010.

Todos esses municípios apresentam conurbação à capital e tiveram expressivas taxas médias geométricas de crescimento no período 1991-2002, que decresceram entre 2002 e 2010, mantendo-se, porém, acima da média da região metropolitana e do Estado de Goiás. Da mesma forma que a Área Metropolitana de Brasília, os indicadores demográficos mostram que a Região Metropolitana de Goiânia

continuou a atrair migrantes na última década e que as cidades em volta da capital acabam por absorvê-los e de maneira precária. Assim, o mapeamento feito pela Polícia Civil do Estado de Goiás (DPC-SSP-GO, 2011), em novembro de 2011, registrou que a maior incidência de homicídios se dá em bairros habitados pela população pobre de Aparecida de Goiânia e de Goiânia.

Analisando a evolução das taxas de homicídios, verificou-se seu crescimento nos 13 municípios da Região Metropolitana de Goiânia, no intervalo de 1998 a 2002, mostrando, a partir daí, relativa estabilidade, ainda que tenham se mantido altas. Fato é que as taxas de homicídios da RMG aumentaram 31,5%, passando de 25,2 óbitos por 100 mil habitantes, em 2000, para 33,1, em 2010. Vale destacar o aumento das taxas de Aparecida de Goiânia (54,4%) e Goiânia (38,9%).

Comparando as taxas de 2000 e 2010, verifica-se a ocorrência de importantes mudanças na distribuição dos homicídios. Em 2001, quando começou a se evidenciar o crescimento do número de homicídios nas três maiores cidades da RMG (Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade), as taxas do interior metropolitano superavam as da capital. No início da década de 2000, alguns municípios apresentavam cifras bastante elevadas, registrando em alguns anos taxas acima de 40 homicídios por 100 mil habitantes. Em 2010, o número de homicídios registrados em Goiânia superou o total de mortes violentas dos demais municípios. Enquanto Goiânia e Aparecida registraram aumento das taxas entre 2000 e 2010, os outros municípios apresentaram queda acentuada.

Tabela 3 - População, homicídios e taxas
Municípios da Região Metropolitana de Goiânia - 2000-2010

Municípios	2010		Taxas (por 100 mil hab.)		Variação (%)
	População	Homicídios	2000	2010	
Goiânia	1.302.001	518	28,6	39,8	38,9
Aparecida de Goiânia	455.657	161	22,9	35,3	54,4
Trindade	104.488	1	7,4	1,0	-87,0
Senador Canedo	84.443	4	9,4	4,7	-50,1
Goianira	34.060	1	10,7	2,9	-72,9
Nerópolis	24.210	0	16,1	0,0	-100,0
Bela Vista de Goiás	24.554	0	31,2	0,0	-100,0
Guapó	13.976	1	7,2	7,2	0,0
Hidrolândia	19.325	0	7,6	0,0	-100,0
Goianápolis	10.695	3	28,1	28,1	0,0
Aragoiânia	8.365	1	31,1	12,0	-61,5
Abadia de Goiás	6.876	2	40,2	29,1	-27,7
Total	2.088.650	692	25,2	33,1	31,5

Fonte: Waiselfisz (2012).

A distribuição dos homicídios na RMG acompanha o padrão metropolitano decorrente de urbanização acelerada, desorganização social, presença do tráfico de drogas e proliferação de uma criminalidade urbana a ela subordinada. Além disso, a própria configuração dessas cidades, resultante do impulso de crescimento disparado pelo polo metropolitano, fermenta formas de sociabilidade que favorecem conflitos que resultam em episódios letais.

As cidades que concentram as ocorrências foram já municípios-dormitório de Goiânia, especialmente Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, pois absorveram os contingentes migrantes que se deslocaram de outros Estados ou de outras cidades goianas para a capital e, ao não conseguirem nela se instalar, aportaram

na sua periferia metropolitana que não dispõe de equipamentos urbanos ou da oferta de bens necessários a uma vida digna na cidade. Na última década, alguns desses municípios desenvolveram a sua economia, mas a dependência dos seus habitantes em relação à capital, para trabalho e estudo, permanece.

Trata-se, entretanto, de cidades que se fortaleceram economicamente, com destaque para a última década. Aparecida de Goiânia apresentou, em 2009, o terceiro maior PIB do Estado de Goiás, concentrando-se no setor de serviços, especialmente no comércio atacadista de alimentos e de insumos agrícolas. Sua atividade industrial contempla igualmente o setor de alimentos. Senador Canedo, que classificou-se em sexto lugar em PIB, em 2009, é

sede de um oleoduto da Petrobrás e nesta cidade localizam-se várias indústrias alimentícias.

Segundo o Relatório elaborado pela Senasp/MJ, Goiás teve seu efetivo de profissionais de segurança pública reduzido, entre 2003 e 2007, em 5,89%. O número de policiais civis e militares decresceu e apenas o contingente de bombeiros militares aumentou no período. A relação entre o número de habitantes por profissional de segurança pública, em 2007, ficou em 315,69, bem próxima daquela verificada para o total do Brasil. Já os gastos realizados pelo governo estadual aumentaram entre 2005 e 2008, sendo que neste último ano a relação gastos/habitante foi da ordem de R\$ 154,43.

Não há uma política de segurança pública definida pelo governo do Estado de Goiás voltada para a Região Metropolitana de Goiânia. Em novembro de 2011, com o crescimento dos homicídios em Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, foi lançado o “Programa para a Redução da Violência em Goiás”, pela Diretoria da Polícia Civil. O programa estabeleceu metas de redução de homicídios e propôs a articulação de várias ações, principalmente com as prefeituras dessas cidades. Logo em seguida houve um remanejamento das cúpulas das Polícias Civil e Militar e o programa foi abandonado. No seu lugar, a Secretaria de Segurança Pública lançou a “Operação Cidadania”, com patrulhamentos ostensivos nas agências e áreas comerciais, e a “Operação Saturação”, intensificação de abordagens a suspeitos e reforço de policiamento nas ruas.

Conclusões

Comparando as três regiões analisadas, verifica-se que todas apresentam elevadas taxas de homicídios. Nota-se também que os homicídios se distribuem de forma desigual pelas diversas localidades que compõem cada uma das regiões. Localidades como Paranoá (DF), Valparaíso (AMB), Luziânia (AMB), Águas Lindas de Goiás (AMB) e Brazlândia (DF) apresentam as mais altas taxas de homicídios.

Pode-se afirmar, portanto, que são as áreas mais pobres que apresentam as maiores taxas de homicídios. As localidades com atendimento deficiente de serviços públicos, com precária infraestrutura urbana e baixa oferta de empregos, serviços e lazer são, flagrantemente, as mais afetadas pela violência.

Este quadro reforça algo que parece uma tendência nacional. Diversos estudos têm destacado que as áreas metropolitanas mais pobres são as mais atingidas pela violência letal. Nesse ponto, as três regiões descritas aqui não parecem ser muito diferente das demais áreas metropolitanas brasileiras.

Se, por um lado, verificam-se elevados índices de mortes violentas nas três regiões, por outro, chama atenção as precárias condições do aparato de segurança pública existente na Área Metropoltana de Brasília. Os efetivos e equipamentos de segurança disponíveis nesta região parecem ser insuficientes para atender às necessidades da população local, a despeito da participação da Força Nacional de Segurança Pública nos esforços de policiamento.

1. *A Região Integrada de Desenvolvimento foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 4 de agosto de 1998. É constituída pelo Distrito Federal e pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cozalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e pelos municípios de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais.*
2. *A região metropolitana de Goiânia, na sua configuração do ano de 2005, é composta por 13 municípios, contudo, neste trabalho serão apresentados apenas os 12 municípios que constam no mapa da violência de 2012, excluindo-se assim da análise, o município de Santo Antônio de Goiás*

Referências bibliográficas

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Planejamento. **Perfil Sócio-Econômico e demográfico dos moradores da RIDE**. Brasília: Codeplan, 2003.

FERREIRA, I. C. B.; VASCONCELOS, A. M. N.; PENNA, N. A. Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. In: **XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**. Caxambu-MG, Abep, 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

NUNES, B. F.; COSTA, A. T. M. *Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, heterogeneidade social e violência*. **Cadernos Metrôpole**, v. 17, p. 35-57, 2007.

UNODC. **Gestão e governança da segurança pública no Distrito Federal e entorno**. Unodc, 2011.

VASCONCELOS, A. M. N.; COSTA, A. T. M. Demografia da violência no Distrito Federal: evolução e características. In: PAVIANI, A. (Org.). **Violência no Distrito Federal**. Brasília: Editora da UnB, 2005, p. 33-56.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Brasília: Ritla/Instituto Sangari/Ministério da Saúde/Ministério da Justiça, 2012.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS. Setor de Projetos – Secretaria de Segurança Pública. **Programa para a Redução da Violência em Goiás**. Goiânia, 2011.

A violência no eixo Brasília-Goiânia

Arthur Trindade M. Costa e Dalva Borges de Souza

Resumen

La violencia en el eje Brasília-Goiânia

Además del desarrollo económico y del crecimiento de la población, algunas ciudades del eje Brasília-Goiânia se destacan por los elevados índices de violencia. Tres regiones merecen más atención: el Distrito Federal, el Área Metropolitana de Brasília y la Región Metropolitana de Goiás. En este artículo, analizaremos brevemente la evolución de los homicidios de esas regiones.

Palabras clave: Distrito Federal; Goiás; Homicidios; Desarrollo económico; Urbanización.

Abstract

Violence on the Brasília-Goiânia Axis

In addition to economic development and growing populations, some cities along the Brasília-Goiânia axis have experienced high violence rates. Three areas stand out: Brazil's Federal District, Brasília's Metropolitan Area and the Metropolitan Region of Goiás. This paper presents a brief analysis of the evolution of murder in these areas.

Keywords: Federal District; Goiás; Murders; Economic Development; Urbanization.

Data de recebimento: 01/06/2012

Data de aprovação: 31/07/2012